



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES**

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

# **Prefeitura Municipal de Ponto Belo Estado do Espírito Santo**

### **Relatório e Parecer Conclusivo do Controle Interno do Poder Executivo**

**Emitente: Unidade Central de Controle Interno**

**Entidade: Município de Ponto Belo**

**Gestor responsável: Marcos Coutinho Sant'Aguida do Nascimento**

**Exercício: 2025**

## **1.RELATÓRIO**

### **1.1. INTRODUÇÃO**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

### INFORMAÇÕES E ANÁLISES:

GRUPO	SUBGRUPO	PONTO DE CONTROLE	TIPO DE PROCEDIMENTO SUGERIDO	BASE LEGAL	PROCEDIMENTO	APLICAVEIS A
1 - Itens de abordagem prioritária	1.1 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária	1.1.2 - Despesa – realização sem prévio empenho	Auditoria Governamental de conformidade	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Contas de Gestão (Todas as UG's)
1 - Itens de abordagem prioritária	1.1 - Gestão fiscal, financeira e orçamentária	1.1.3 - Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Conformidade (Verificação documental)	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram	Contas de Governo



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	
1 - Itens de abordagem prioritária	1.2 - Gestão Previdenciária	1.2.1 - Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Auditoria Governamental de conformidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Contas de Gestão (Todas as UG's), Contas de Gestão do RPPS
1 - Itens de	1.2 - Gestão	1.2.2 -	Auditoria	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art.</li></ul>	Verificar se	Contas de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

abordagem prioritária	Previdenciária	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Governamental de conformidade	40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Gestão (Todas as UG's), Contas de Gestão do RPPS
1 - Itens de abordagem prioritária	1.2 - Gestão Previdenciária	1.2.3 - Registro por competência a – multas e juros por atraso de pagamento	Auditoria Governamental de conformidade	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9.717/1998, art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento	Contas de Gestão (Todas as UG's), Contas de Gestão do RPPS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					das obrigações previdenciárias.	
1 - Itens de abordagem prioritária	1.2 - Gestão Previdenciária	1.2.4 - Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Auditoria Governamental de conformidade de	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Contas de Gestão (Todas as UG's), Contas de Gestão do RPPS
1 - Itens de abordagem prioritária	1.2 - Gestão Previdenciária	1.2.5 - Parcelamento de débitos previdenciários	Auditoria Governamental de conformidade de	• CF/88, art. 40. • LRF, art. 69. • Lei 9717/1998 art. 1º. • Lei 8.212/1991 • Lei Local • Regime de competência a	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade	b) estão sendo registrados como ativo a receber no RPPS
1 - Itens de abordagem prioritária	1.3 - Gestão patrimonial	1.3.1 - Bens em estoque, móveis,	Exame de registros auxiliares	CRFB/88, art. 37, caput c/c	Verificar se foi levantado o inventário	Contas de Gestão (Todas as



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

		imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.		Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	UG's), Contas de Gestão do RPPS, Contas de Governo
1 - Itens de abordagem prioritária	1.3 - Gestão patrimonial	1.3.2 - Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Auditoria Governamental de conformidade	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente	Contas de Governo, Contas de Gestão do RPPS, Contas de Gestão



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	(Todas as UG's)
1 - Itens de abordagem prioritária	1.3 - Gestão patrimonial	1.3.3 - Disponibilidades financeiras - Depósito e aplicação em Instituições financeiras oficiais.	Conformidade (Verificação documental)	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Contas de Gestão (Todas as UG's), Contas de Gestão do RPPS, Contas de Governo
1 - Itens de	1.3 - Gestão	1.3.4 -	Confirmação	Lei	Confrontar os	Contas de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

abordagem prioritária	patrimonial	Disponibilidades financeiras - Depósito e aplicação confirmação externa.	o Externa	4.320/1964, arts. 94 a 96.	valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	Gestão do RPPS, Contas de Gestão (Todas as UG's), Contas de Governo
1 - Itens de abordagem prioritária	1.3 - Gestão patrimonial	1.3.5 - Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo do sistema tributário com as demonstrações contábeis.	Exame de registros auxiliares	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se o demonstrativo contendo os valores inscritos em dívida ativa do sistema tributário estão em conformidade com os valores registrados no Balanço Patrimonial e Balancete Contábil.	Contas de Gestão (UG responsável pela Dívida Ativa), Contas de Governo
1 - Itens de abordagem	1.3 - Gestão patrimonial	1.3.6 - Dívida ativa	Auditoria Governamental	LC 101/2000,	Avaliar se foram	Contas de Governo,



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

prioritária		e demais créditos tributários – cobrança regular	ntal de conformida de	art. 11.	adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Contas de Gestão (UG responsável pela Dívida Ativa)
1 - Itens de abordagem prioritária	1.3 - Gestão patrimonial	1.3.7 - Obrigações contraídas no último ano de mandato	Auditoria Governamental de conformida de	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício	Contas de Governo, Contas de Poderes



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					seguinte sem suficiente disponibilidad e de caixa.	
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucion ais e legais	1.4.1 - Educação - aplicação mínima	Conformida de (Revisão analítica)	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69.	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvime nto do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendid a a proveniente de transferências , na manutenção e desenvolvime nto do ensino,	Contas de Governo (Educação), Contas de Governo, Contas de Governo (Prefeitura), Contas de Governo (consolidaçã o)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.	
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.10 - Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Conformidade (Análise documental )	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos	Contas de Governo, Contas de Poderes



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					I a V, da LRF foram observadas.	
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.11 - Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Conformidade de (Análise documental )	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	Contas de Poderes, Contas de Governo
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.12 - Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária	Auditoria Governamental de conformidade de	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Contas de Governo, Contas de Poderes



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

		a – autorização na LDO		o, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administraç ão direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservand o a inexistência:		
1 - Itens de	1.4 - Limites	1.4.14 -	Conformida	CRFB/88,	Avaliar se os	Contas de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

abordagem prioritária	constitucionais e legais	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	de (Revisão analítica)	art. 29- A, § 2º.	repasse ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Governo (Prefeitura)
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.15 - Dívida pública – extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária – redução do valor excedente	Conformidade de (Revisão analítica)	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três	Contas de Governo



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.16 - Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – limite	Revisão analítica	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10.	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7%	Contas de Governo



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					(sete por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.2 - Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Auditoria Governamental de conformidade de	CRFB/88, art. 60, inciso XII do ADCT.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo	Contas de Governo



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					exercício.	
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.4 - Saúde – aplicação mínima	Conformidade (Análise documental )	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na	Contas de Governo



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

					LC 141/2012.	
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.6 - Despesas com pessoal – abrangência .	Auditoria Governamental de conformidade de	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Contas de Governo, Contas de Poderes
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.7 - Despesas com pessoal – limite	Conformidade (Análise documental )	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Contas de Governo, Contas de Poderes
1 - Itens de	1.4 - Limites	1.4.8 -	Conformidade	LC	Avaliar se	Contas de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

abordagem prioritária	constitucionais e legais	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	de (Análise documental )	101/2000, art. 21.	foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Governo, Contas de Poderes
1 - Itens de abordagem prioritária	1.4 - Limites constitucionais e legais	1.4.9 - Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	Conformidade de (Análise documental )	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	Contas de Governo, Contas de Poderes



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

1 - Itens de abordagem prioritária	1.5 - Demais atos de gestão	1.5.1 - Documento s integrantes da PCA – compatibilid ade com o normativo do TCE	Conformida de (Verificação documental )	IN regulament adora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo corresponden te da IN regulamentad ora da remessa de prestação de contas.	Contas de Gestão do RPPS, Contas de Gestão (Todas as UG's)
1 - Itens de abordagem prioritária	1.5 - Demais atos de gestão	1.5.2 - Segregação de funções.	Auditoria Govername ntal de conformida de	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Contas de Gestão (Todas as UG's)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

## 2. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

2.1 - Referente aos pontos de controle vistoriados:

Código	Achados	Proposições/ Alertas	Situação

## 3. GESTÃO PÚBLICA

3.1 Ponto de Controle das Demonstrações Contábeis

Por meio do Sistema de Gestão e Contábil contratado, da Empresa E&L, segundo os pontos de controle predefinidos, foi realizada a análise de consistência dos dados encaminhados pelo responsável e evidenciados no Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais, tal como demonstrado a seguir.

### 3.1.1 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados.

**Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar não processados (exercício



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 01: Restos a Pagar não Processados**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 15.301,44</b>
Balanço Orçamentário (b)	<b>R\$ 15.301,44</b>
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### **3.1.2 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar processados.**

**Base Legal: artigos. 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar processados (exercício atual), informada no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 02: Restos a Pagar Processados**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 2.100,00</b>
Balanço Orçamentário (b)	<b>R\$ 2.100,00</b>
<b>Divergências (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

### 3.1.3 Análise da execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário.

**Base Legal:** art. 5º, Inciso III, da Lei Complementar 101/2000; art. 5º da Portaria **MOG 42/1999**; art. 8º da Portaria **STN/SOF 163/2001** Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”:

**Tabela 03: Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência**

<b>Balanço Orçamentário:</b>	
Despesas Empenhadas	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas Liquidadas	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas Pagas	<b>R\$ 0,00</b>

### 3.1.4 Análise de execução orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário Base Legal: art. 8º da Portaria **STN/SOF 163/2001**.

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”:

**Tabela 04: Execução de despesas na dotação "Reserva do RPPS":**

<b>Balanço Orçamentário:</b>	
Despesas Empenhadas	<b>R\$ 0,00</b>
Despesas Liquidadas	<b>R\$ 0,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

Despesas Pagas	<b>R\$ 0,00</b>
----------------	-----------------

### **3.1.5 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à receita orçamentária Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 05: Total da Receita Orçamentária**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 54.566.654,39</b>
Balanço Orçamentário (b)	<b>R\$ 54.566.654,39</b>
Divergências (a-b)	<b>R\$ 0,00</b>

### **3.1.6 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária Base Legal: artigos 85, 101, 102 e 103 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 06: Total da Despesa Orçamentária**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 37.074.170,31</b>
Balanço Orçamentário (b)	<b>R\$ 37.074.170,31</b>
Divergências (a-b)	<b>R\$ 0,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

### 3.1.7 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

**Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 07: Conta Caixa e Equivalente de Caixa (exercício anterior)**

Balanço Financeiro (a)	<b>R\$ 3.577.853,80</b>
Balanço Patrimonial (b)	<b>R\$ 3.575.588,23</b>
Divergências (a-b)	<b>(R\$ 975.459,31)</b>

### 3.1.8 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

**Base Legal: artigos 85, 101, 103 e 105 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 08: Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

Balanço Financeiro (a)	R\$ 4.553.313,11
Balanço Patrimonial (b)	R\$ 4.553.313,11
Divergências (a-b)	(R\$ 2.812.677,94)

### 3.1.9 Comparativo entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial.

**Base Legal: artigos 85, 101, 104 e 105 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 09: Resultado Patrimonial:**

#### Exercício atual

DVP (a)	R\$ 9.026.248,07
Balanço Patrimonial (b)	R\$ 9.026.248,07
Divergências (a-b)	R\$ 0,00

#### Exercício anterior

DVP (a)	R\$ 13.600.066,31
Balanço Patrimonial (b)	R\$ 13.600.066,31
Divergências (a-b)	R\$ 0,00

### 3.1.10 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

**Base Legal: artigos 85, 86 e 88 da Lei 4.320/1964.**

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 10: Comparativo dos saldos devedores e credores**

<b>Saldos Devedores (a) I + II</b>	<b>R\$ 123.702.624,92</b>
Ativo (BALPAT) - I	<b>R\$ 67.919.521,61</b>
Variações Patrimoniais Diminutivas - II	<b>R\$ 55.783.103,31</b>
<b>Saldos Credores (b) = III - IV + V</b>	<b>R\$ 123.702.624,92</b>
Passivo (BALPAT) - IV	<b>R\$ 67.919.521,61</b>
Resultado Exercício (BALPAT) - IV	<b>R\$ 9.026.248,07</b>
Variações Patrimoniais Aumentativas - V	<b>R\$ 64.809.351,38</b>
<b>Divergências (c) = (a) - (b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

### 3.1.11 - Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada

**Base Legal: artigos 85,86 e 88 da Lei 4.320/1964**

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 11: Execução da Despesa Orçamentária**

Despesa Empenhada (a)	<b>R\$ 37.074.170,31</b>
-----------------------	--------------------------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

Dotação Atualizada (b)	<b>R\$ 38.592.188,70</b>
<b>Execução da despesa em relação à dotação (a-b)</b>	<b>(R\$ 1.518.018,39)</b>

### 3.2 DISPONIBILIDADES E REGISTROS PATRIMONIAIS

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) conceitua o Balanço Patrimonial, em seu Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), como “Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação”.

No ativo circulante, segundo prescreve o MCASP, devem ser demonstrados os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Dentre os valores evidenciados nas contas que compõem o ativo circulante, devem ser demonstrados os saldos de bens em estoques, dentre os quais estão compreendidos os bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

No ativo não circulante, grupo imobilizado, estão compreendidos os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

### 3.3 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceu que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a pelo menos uma das seguintes condições:

Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

O artigo 4º da LRF, estabelece que deve integrar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais (AMF), o qual deve conter, dentre outros, o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Esse demonstrativo, além de condicionar a concessão da renúncia de receita, tem por objetivo tornar transparentes os requisitos exigidos para a concessão ou ampliação dos benefícios de natureza tributária.

A concessão de incentivos fiscais, num primeiro momento, resulta em redução da arrecadação de receitas públicas, motivo pelo qual deve ser compensada por projetos ou atividades que devem promover o desenvolvimento econômico do Estado. Esse desenvolvimento, por sua vez, resultará em aumento das receitas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

públicas, decorrentes do consumo propiciado pelo incremento da atividade econômica.

Para que os incentivos concedidos produzam os resultados esperados, a administração pública precisa exercer um controle sobre os projetos e atividades incentivadas. Esse controle, por sua vez, deve compreender, dentre outros critérios, a avaliação da viabilidade técnica, econômica e financeira do projeto, e principalmente, se as metas e resultados, em face das justificativas apresentadas para sua concessão, estão sendo alcançados.

Em síntese, deve-se observar:

A projeção da renúncia de receita e seu impacto nas metas fiscais.

Os valores previstos para a renúncia de receitas nos projetos e atividades incentivados, o registro e a evidenciação das receitas efetivamente renunciadas, e o real impacto desses incentivos nas metas fiscais do ente da federação.

Os resultados econômicos e sociais efetivamente alcançados em face dos projetos e atividades incentivadas.

Partindo dessa premissa e levando em consideração as demonstrações contábeis, o relatório de gestão, o demonstrativo que expressa a situação dos projetos e instituições beneficiadas por renúncia de receitas e o relatório e parecer conclusivo da unidade de controle interno, apresentados na prestação de contas anual relativa ao exercício em análise, verificou-se, sob o aspecto da gestão, se esses demonstrativos evidenciam a existência de projetos ou atividades beneficiadas com incentivos fiscais e se esses projetos ou atividades estão sendo objeto de controle pela administração pública.

Nesse sentido, consta da PCA entregue que no município não houve renúncia de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

receita no exercício.

### 3.4 ANÁLISE DA DÍVIDA ATIVA

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi editada com o objetivo de garantir uma melhor gestão dos recursos públicos. Fundada na responsabilidade fiscal e na transparência pública, estabeleceu normas visando ao alcance do equilíbrio sustentável das contas públicas.

Dentre suas premissas, a lei impôs aos administradores públicos, além da limitação dos gastos, uma melhor gestão das receitas públicas, dentre as quais se destacam a instituição e efetiva arrecadação das receitas de competência do ente da federação.

Nesse contexto e sob a ótica da gestão financeira a cargo dos ordenadores de despesas, avaliou-se, com base nas demonstrações contábeis e demais peças integrantes desta prestação de contas anual, se os atos de gestão praticados pelos gestores responsáveis, no decorrer do exercício em análise, evidenciam o exercício de ações voltadas para o cumprimento das determinações contidas na LRF, em especial, se a dívida ativa está sendo objeto de cobrança administrativa e/ou judicial.

#### 3.3.1 Análise entre os saldos das contas contábeis da dívida ativa do Balanço Patrimonial (BALPAT) e do Demonstrativo da Dívida Ativa (DEMDAT)

Nas tabelas a seguir, demonstram-se os registros nas contas contábeis representativas da dívida ativa da unidade gestora:

**Tabela 20: Análise Geral da Dívida Ativa (tributária e não tributária)**

Saldo anterior - DEMDAT	<b>R\$ 1.025.567,05</b>
-------------------------	-------------------------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

Saldo para o próximo exercício - DEMDAT (a)	<b>R\$ 1.677.766,10</b>
Saldo contábil - BALPAT (b)	<b>R\$ 1.677.766,1</b>
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Verifica-se que o saldo final da dívida ativa apurado no DEMDAT, no montante de R\$ 1.677.766,10, corresponde integralmente ao saldo contábil registrado no BALPAT, que também apresenta o valor de R\$ 1.677.766,10, resultando em divergência nula (R\$ 0,00).

Essa conformidade indica que os registros contábeis foram devidamente conciliados com os controles auxiliares da dívida ativa, refletindo fidedignidade das informações patrimoniais. Além disso, demonstra que os procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa (tanto tributária quanto não tributária) estão sendo realizados de forma adequada pela unidade gestora.

Destaca-se ainda que houve variação positiva em relação ao saldo anterior (R\$ 1.025.567,05), o que pode estar associado a novos registros, atualizações monetárias, inscrições ou reclassificações ocorridas no período, devendo tais movimentações estarem devidamente suportadas por controles administrativos e legais.

Dessa forma, conclui-se que não há inconsistências entre os demonstrativos analisados, atendendo aos requisitos de transparência, controle e evidenciação exigidos para a elaboração do Relatório do Controle Interno (RELUCI).

#### 4. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Marcos Coutinho Sant'Aguida do Nascimento, gestor da UG Prefeitura, relativa ao



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES

CNPJ: 01.614.334/0001-18  
e-mail: gabinete@pontobelo.es.gov.br

exercício de 2025 Tendo como base os documentos encaminhados pelo setor de contabilidade/extraídos do sistema E&L, e publicados, como: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, e os pontos de controle avaliados e as inspeções/auditorias realizadas pelo Controle Interno, **opinamos pela Aprovação das Contas Prestadas pelo Referido Gestor.**

Ponto Belo/ES, em 26 de março de 2026

---

ROBERTA DE SOUZA OLIVEIRA  
Controlador-Geral do Município